

Demonstrações Contábeis Anuais Completas 2022

Enel Distribuição Rio de Janeiro

Ampla Energia e Serviços S.A.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

Relatório da Administração

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria da Companhia

Manifestação do Conselho de Administração

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Relatório da Administração - 2022

Enel Distribuição Rio

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pr/investidores/enel-distribuicao-rio.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S.A (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2022, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente KPMG Auditores Independentes.

1 CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO*

A Enel Distribuição Rio é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 1996, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até dezembro de 2026.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição Rio é 15 de março.

Bandeiras Tarifárias vigentes

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira Escassez Hídrica possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
	2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 15 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2022.

A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

Revisão Tarifária Extraordinária 2022

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 13 de julho de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +7,26% composto por (i) reajuste econômico de +10,89%, sendo +7,44% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,64%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -11,47%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -4,22%.

O reajuste tarifário médio de -4,22% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -3,86% e -4,34% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Em 04 de Agosto de 2022 a Diretoria Geral da ANEEL publicou Despacho nº 2.104, suspendendo a revisão extraordinária da Companhia, devido à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1044601-25.2022.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal do Distrito Federal.

A Enel Rio impugnou pedido de liminar suspendendo à revisão extraordinária, pois até então à ANEEL ainda não julgou o pedido de revisão extraordinária devido aos efeitos ocorridos durante à pandemia da COVID-19.

Conta-Covid

Em 10 de março de 2022, a Enel Rio protocolou pedido de reequilíbrio econômico à ANEEL, em função de situação extraordinária decorrente de lei estadual que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2022	2021	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	12.291.231	13.414.664	-8,4%
Receita Líquida (R\$ mil)	7.732.721	8.473.518	-8,7%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	1.328.160	989.454	34,2%
Margem EBITDA (%)*	17,18%	11,68%	5,50 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	21,15%	13,43%	7,72 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)*	767.297	523.739	46,5%
Margem EBIT (%)*	9,92%	6,18%	3,74 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(92.387)	83.401	<-100,0%
Margem Líquida	-1,19%	0,98%	-2,17 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-1,47%	1,13%	-2,60 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.300	11.181	1,1%
CAPEX (R\$ mil)*	1.445.854	1.142.868	26,5%
DEC (12 meses)*	9,61	9,88	-2,7%
FEC (12 meses)*	4,45	5,17	-13,9%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	94,55%	94,50%	0,05 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	21,14%	23,56%	-2,42 p.p
PMSO (3)/Consumidor*	73,42	94,87	-22,6%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

3 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	3.060.869	2.708.988	13,0%
Residencial - Convencional	2.509.529	2.320.872	8,1%
Residencial - Baixa Renda	328.227	184.524	77,9%
Industrial	3.592	3.340	7,5%
Comercial	135.766	121.119	12,1%
Rural	64.829	61.278	5,8%
Setor Público	18.926	17.855	6,0%
Clientes Livres	952	763	24,8%
Industrial	140	137	2,2%
Comercial	697	572	21,9%
Rural	21	-	-
Setor Público	93	53	75,5%
Residencial	1	1	-
Revenda	5	5	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.061.826	2.709.756	13,0%

A Companhia encerrou 2022 com um aumento de 13,0% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2021, explicado pelo crescimento de 13,0% e 24,8% no mercado cativo e no mercado livre, respectivamente.

No mercado cativo, os clientes residenciais – convencionais registraram aumento de 8,1% enquanto a classe residencial baixa renda, registrou um aumento significativo de 77,9% no trimestre, reflexo da entrada de novos clientes e recuperação de consumidores irregulares.

Além deste efeito, para a classe baixa renda houve também o impacto da migração de clientes devido a implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria.

Já os clientes livres apresentaram crescimento de 24,8% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo.

Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2022 em 11.300 GWh, representando um aumento de 1,1% em comparação a 2021.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	7.735	8.084	-4,3%
Clientes Livres	3.059	2.617	16,9%
Revenda	482	462	4,3%
Consumo Próprio	24	17	41,2%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.300	11.181	1,1%

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Residencial - Convencional	4.438	4.827	-8,1%
Residencial - Baixa Renda	386	238	62,2%
Industrial	140	149	-6,0%
Comercial	1.409	1.471	-4,2%
Rural	141	166	-15,1%
Setor Público	1.221	1.233	-1,0%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.735	8.084	-4,3%

O consumo do mercado cativo em 2022 apresentou uma redução de 4,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores nessa categoria e a redução das demais classes, relacionado às temperaturas mais baixas registradas ao longo do ano, além da deterioração do poder de consumo dos clientes em comparação ao ano passado.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Industrial	2.097	1.887	11,1%
Comercial	703	578	21,6%
Rural	44	-	-
Setor Público	210	149	40,9%
Residencial	4	3	33,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	3.059	2.617	16,9%

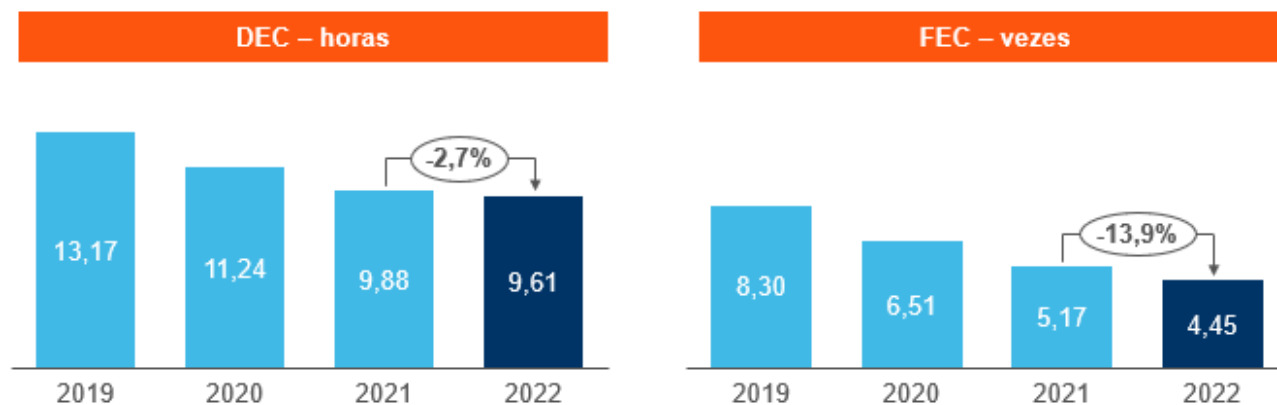
Em 2022 o consumo no mercado livre registrou um aumento de 16,9% versus o mesmo período no ano anterior, em razão principalmente de uma adequação no procedimento de faturamento no 1T21, que passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Itaipu	2.106	2.143	-1,7%
Angra I e II	393	408	-3,7%
PROINFA	202	204	-1,0%
Leilão e Quotas	9.575	9.740	-1,7%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	12.276	12.495	-1,8%
Liquidação na CCEE	(612)	(800)	-23,5%
Total - Compra de Energia	11.664	11.695	-0,3%

Qualidade do Fornecimento

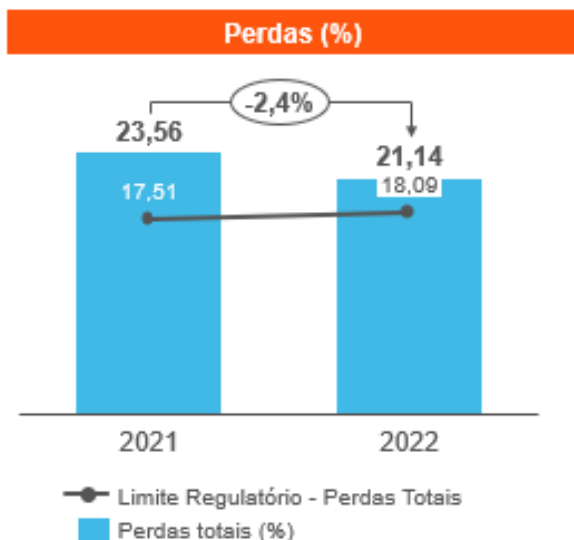


Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ao longo de 2022 a área de Concessão da Enel Rio foi significativamente atingida por um volume de chuvas acima da média para o período, principalmente no final do primeiro trimestre. Tais fatos representam uma parcela significativa do impacto principalmente no DEC da Companhia. Ainda assim, o indicador DEC registrou uma melhora de 2,7%, com um melhor desempenho no quarto trimestre.

Já o FEC registrou uma redução de 13,9% em relação a 2021. Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal reflexo o resultado dos investimentos contínuos em automação e telecomandos realizados ao longo dos anos.

Por fim, cabe destacar que os esforços e iniciativas da Companhia voltadas para a melhoria constante dos indicadores de qualidade correspondem em 2022 o menor nível registrado para ambos os indicadores nos últimos cinco anos.

Disciplina de Mercado



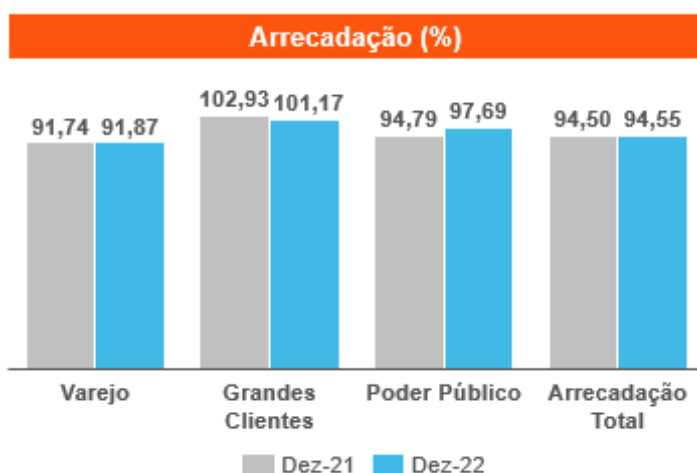
As perdas de energia TAM¹ – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 21,14% no 4T22, uma redução de 2,42 p.p. em relação às perdas registradas no 4T21, de 23,56%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

A redução observada é resultado efeito da REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Por esta razão, foi necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado em 2021, uma vez que o índice de perdas é calculado

com base na quantidade de energia faturada do cliente.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão de consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo.

Arrecadação



Em relação ao indicador de arrecadação, o mesmo manteve-se praticamente estável, com um pequeno aumento de 0,05 pontos percentuais no 4T22 versus 4T21, mesmo considerando o impacto negativo na arrecadação decorrente da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022.

A Companhia continuou com a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência durante o 4T22, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal

de negociação online para liquidação de valores em aberto.

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Fornecimento de Energia	8.594.978	8.788.141	-2,2%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(59.199)	(30.602)	93,4%
Subvenção baixa renda	87.557	48.902	79,0%
Subvenção de recursos da CDE	281.596	234.905	19,9%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	8.904.932	9.041.346	-1,5%
Ativos e passivos financeiros setoriais	352.406	1.413.225	-75,1%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	1.043.002	861.196	21,1%
Receita de Construção	1.453.300	1.104.417	31,6%
Venda de Energia Excedente - MVE	124.322	406.460	-69,4%
Marcação a mercado de ativo indenizável	261.498	459.053	-43,0%
Outras Receitas	151.771	128.967	17,7%
Total - Receita Operacional Bruta	12.291.231	13.414.664	-8,4%
ICMS	(2.276.746)	(2.538.728)	-10,3%
PIS	(129.420)	(165.836)	-22,0%
COFINS	(596.116)	(763.850)	-22,0%
ISS	(4.984)	(4.879)	2,2%
Total - Tributos	(3.007.266)	(3.473.293)	-13,4%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.142.027)	(804.888)	41,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(59.704)	(68.461)	-12,8%
Encargos do consumidor - CCRBT	(339.846)	(585.649)	-42,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(9.667)	(8.855)	9,2%
Total - Encargos Setoriais	(1.551.244)	(1.467.853)	5,7%
Total - Deduções da Receita	(4.558.510)	(4.941.146)	-7,7%
Total - Receita Operacional Líquida	7.732.721	8.473.518	-8,7%

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação negativa de 8,7%, ou R\$ 1,1 bilhão, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 7,7 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia em 2022 alcançou o montante de R\$ 6,3 bilhões, uma redução de R\$ 1,1 bilhão em relação a 2021, cujo montante foi de R\$ 7,4 bilhões. Tal redução é resultado dos seguintes efeitos:

- Redução da rubrica de fornecimento de energia para o mercado cativo em R\$ 197,5 milhões refletindo os mesmos efeitos citados acima, que impactaram o trimestre;
- Redução de R\$ 1,1 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução de R\$ 282,1 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente (MVE) em relação a 2021, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Redução na rubrica de Marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 507,4 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo de uma menor inflação no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para março de 2023.

Em 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 4,6 bilhões, contra R\$ 4,9 bilhões em 2021, representando uma redução de 7,7% ou R\$ 382,6 milhões, resultado, sobretudo da:

- Redução do montante pago de ICMS e COFINS em R\$ 262,0 milhões e R\$ 167,7 milhões respectivamente na parte tributos e;
- Aumento de R\$ 337,1 milhões pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020 parcialmente

compensado pela redução de R\$ 245,8 milhões na rubrica de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias, na parte de encargos setoriais.

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados de aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.661.267)	(3.664.274)	-27,4%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(747.486)	(685.126)	9,1%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(292.336)	(597.980)	-51,1%
Total - Não gerenciáveis	(3.701.089)	(4.947.380)	-25,2%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(155.669)	(155.883)	-0,1%
Material e Serviços de Terceiros	(605.645)	(583.496)	3,8%
Depreciação e Amortização	(560.863)	(465.715)	20,4%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(152.883)	(369.666)	-58,6%
Custo de Construção	(1.453.300)	(1.104.417)	31,6%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(114.268)	(90.249)	26,6%
Perda de recebíveis de clientes	(103.683)	(148.385)	-30,1%
Receita de multa por impontualidade de clientes	90.982	56.261	61,7%
Outras receitas/despesas operacionais	(209.006)	(140.849)	48,4%
Total - Gerenciáveis	(3.264.335)	(3.002.399)	8,7%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(6.965.424)	(7.949.779)	-12,4%

Os custos e despesas operacionais em 2022 apresentaram uma redução de 12,4% (R\$ 984,2 milhões) em relação a 2021. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 5,5 bilhões em 2022, o que representa uma redução de 19,5% (R\$ 1,3 bilhão) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e despesas não gerenciáveis (redução de R\$ 1,2 bilhões): totalizaram R\$ 3,7 bilhões, 25,2% inferior em comparação ao valor registrado em 2021.

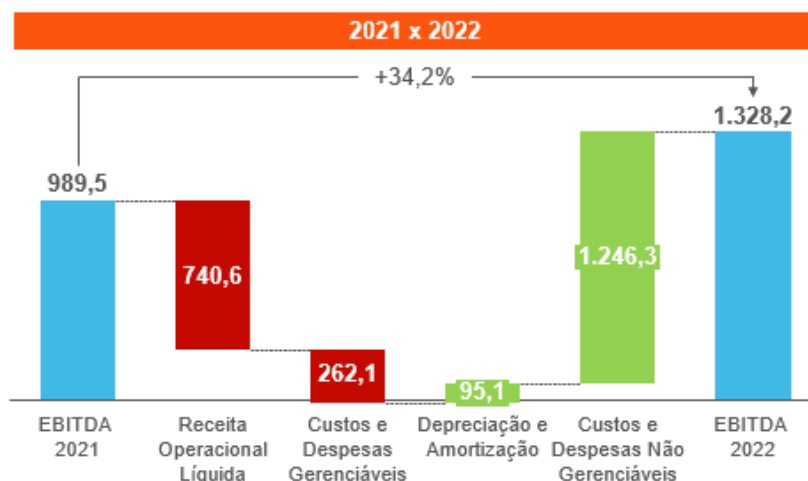
Tal variação é justificada principalmente pela redução da rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 1,0 bilhão) em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real em 2022 versus 2021.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 262,1 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R\$ 1,8 bilhão, R\$ 86,8 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2021. Esta variação é resultado, principalmente:

- Redução da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 216,8 milhões) explicado por ações realizadas ao longo do ano, em particular no terceiro trimestre;

- Parcialmente compensada por um aumento de R\$ 24,0 milhões em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas motivado pelo aumento no número de processos durante o período em questão e aumento na linha de Materiais e Serviços de Terceiros no valor de R\$ 22,1 milhões devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2022.

EBITDA*



O EBITDA da Enel Rio no 4T22 atingiu o montante de R\$ 1,3 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 338,7 milhões em relação a 2021.

O aumento do EBITDA é explicado principalmente pelo efeito positivo da redução dos custos e despesas operacionais de natureza não gerenciável em virtude da melhora do cenário hidrológico do país, parcialmente compensado pela redução da receita líquida e do aumento de custos e serviços gerenciáveis (conforme explicado anteriormente).

Resultado Financeiro

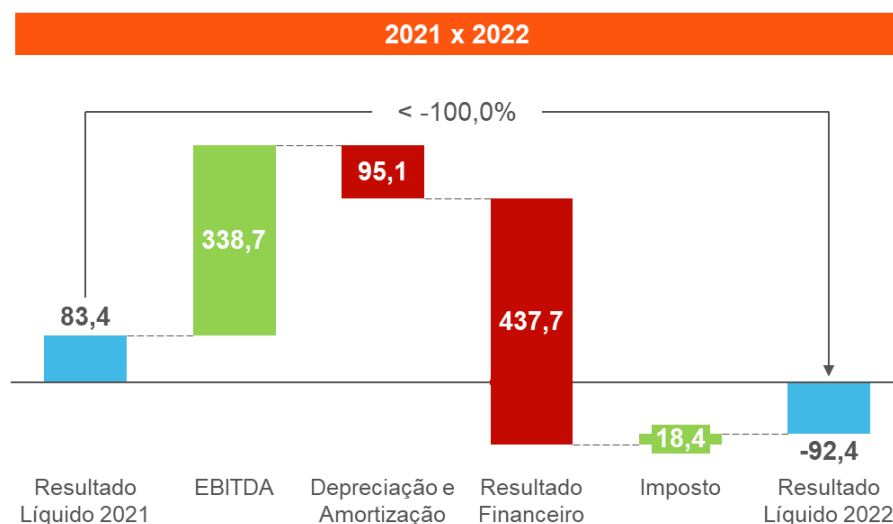
RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicação Financeira	23.321	12.730	83,2%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	53.547	45.082	18,8%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	10.214	9.199	11,0%
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	82.908	31.883	>100,0%
Juros fundo de pensão	1.772	-	
Outras receitas financeiras	31.859	17.689	80,1%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(15.047)	(5.053)	>100,0%
Total - Receitas Financeiras	188.574	111.530	69,1%
Despesas financeiras			
Dívida - Marcação a mercado	(36.666)	(2.158)	>100,0%
Encargo de dívidas e mútuos	(367.431)	(194.301)	89,1%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(135.977)	(81.470)	66,9%
Encargo de fundo de pensão	(26.818)	(38.922)	-31,1%
Juros debêntures	-	(46.174)	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(390.937)	(66.505)	>100,0%
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	(44.028)	(46.201)	-4,7%
Outras despesas financeiras	(52.595)	(53.052)	-0,9%
Total - Despesas Financeiras	(1.054.452)	(528.783)	99,4%
Variações Cambiais	2.209	(8.679)	<-100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	352.864	(115.460)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(352.890)	111.929	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	2.235	(5.148)	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(863.669)	(425.932)	>100,0%

Em 2022, o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R\$ 863,7 milhões, representando um aumento de R\$ 437,7 milhões em relação a 2021.

A variação observada explica-se pelo aumento líquido de R\$ 481,3 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, variação cambial de dívidas, juros debentures e encargos de dívidas e mútuos) devido, principalmente, ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI no período em 8p.p (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).

Resultado Líquido



A Companhia registrou prejuízo de R\$ 92,4 milhões em 2022, o que representa uma redução de R\$ 175,9 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente da maior despesa financeira em 2022 em relação ao ano anterior.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2022	2021	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.495.070	5.991.097	-8,3%
Dívida com Terceiros	636.080	971.630	-34,5%
Dívida Intercompany	4.858.990	5.019.467	-3,2%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	197.125	357.689	-44,9%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.297.945	5.633.408	-6,0%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado(1)*	3,23	3,75	-13,7%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado(1)*	3,12	3,53	-11,6%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,51	0,62	-17,1%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,50	0,60	-16,5%

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

A dívida bruta da Companhia diminuiu R\$ 496 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 1.348 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívidas, dos quais R\$ 307 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil e R\$ 1.041 milhões referem-se a empréstimos com a Enel Financial International; (ii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 753 milhões; compensados, por (iii) amortizações em torno de R\$ 2.117 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 552 milhões ocorridos entre os períodos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 71 milhões.

A Enel Distribuição Rio encerrou o ano de 2022 com o custo médio de dívida no período de 14,78% a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 902/2021 e 3.754/2021, que totalizam R\$ 5.800 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões.

Da dívida intercompany, o montante de R\$ 1.409 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

6 INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2022	2021	Var. %
Novas Conexões	544.298	433.498	25,6%
Rede	466.364	406.540	14,7%
Combate às Perdas	149.728	174.338	-14,1%
Qualidade do Sistema Elétrico	251.248	157.193	59,8%
Adequação à carga	65.388	75.009	-12,8%
Outros	435.192	302.830	43,7%
Total Investido	1.445.854	1.142.868	26,5%
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	-	-
Investimento Líquido	1.445.854	1.142.868	26,5%

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 1.145,9 milhões, montante 26,5% superior ao investido em 2021, com destaque para os investimentos voltados para qualidade do sistema elétrico com crescimento de 59,8% no ano, que contribuem para a melhora dos indicadores DEC e FEC.

Na rubrica "outros", destacam-se os investimentos relativos ao projeto Grid Blue Sky, que dentre outras iniciativas, visa a padronização de processos e serviços compartilhados, como o controle inteligente do processo de qualidade e segurança.

7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Distribuição Rio atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuímos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS

7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição Rio em 2022 que contou com 56 ações, registramos o avanço geral de 104% no fechamento do ano, sendo avanço de 93% em metas ambientais, 106% em metas sociais e 108% em ações para garantir ou aumentar a governança. Esses bons resultados demonstram um trabalho integrado entre diversas áreas da empresa no alcance de uma gestão sustentável e inclusiva.

Projetos Socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de Sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Na Enel Distribuição Rio, os 59 projetos desenvolvidos em 2022 beneficiaram 440 mil pessoas, com um investimento de R\$ 50 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 7,3 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Com o programa Enel Compartilha Eficiência foram trocadas gratuitamente cerca de 1.535 geladeiras e 69 mil lâmpadas dos clientes das distribuidoras. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Escola de Mulheres Eletricistas: Em março foi realizada a formatura da primeira turma do Escola de Mulheres Eletricistas da Enel Rio, no Centro de Excelência Operacional da Enel, em Cabo Frio. As 17 formandas receberam suas certificações pelo SESI/SENAI após três meses de formação e foram contratadas por uma fornecedora parceira da empresa na região dos Lagos. Todas as eletricistas foram acompanhadas pelo programa Enel Compartilha Oportunidade durante esse processo de contratação. O projeto foi realizado em parceria com a Firjan SENAI e teve como objetivo romper com o conceito de gênero predominantemente masculino da profissão de eletricista, ampliar a diversidade corporativa e proporcionar oportunidades igualitárias para que essas mulheres possam atuar como eletricistas na companhia e em suas parceiras. No ano de 2022 foram capacitadas 17 mulheres pelo projeto, sendo 15 contratadas para atuar em empresas parceiras como eletricistas.

Canteiro Sustentável: Em setembro ocorreu a entrega da Subestação Entroncamento Lagos, no município de Rio das Ostras. A subestação foi a primeira do grupo Enel no Brasil a contar com iniciativas de Sustentabilidade desde o seu planejamento. A obra contou com mais de 30.000 m² de solo reutilizado, uma área plantada de 9.500m² com 535 mudas de plantas nativas, além de 42 toneladas de materiais reciclados e 12 toneladas de ferragens reutilizadas. A Enel também promoveu atividades culturais e socioeducativas beneficiando a população do entorno. Entre elas, o projeto Enel Compartilha Energia na Escola, cujas atividades foram oferecidas para mais de 300 alunos e professores de duas escolas municipais. Outra iniciativa foi com o Laboratório Cidades Criativas, um programa de design urbano e ocupação cultural que busca reestruturar praças públicas de cinco cidades fluminenses: Rio das Ostras, São João da Barra, Macaé, Casimiro de Abreu e Rio Bonito. Por meio de outro projeto de Sustentabilidade, o Colorindo com Energia, foi pintado o muro da subestação com a frase “E você, é sustentável?”, simbolizando todas as iniciativas de sustentabilidade que ocorreram durante a construção da obra.

Caravana Enel: A caravana #Enelporvocê iniciou suas edições no Rio no mês de julho, no município de Macuco. A caravana consiste num mutirão de serviços da Enel que envolve ações técnicas de poda, melhorias

na rede e ações de Sustentabilidade como troca de lâmpadas e geladeiras, informações sobre o consumo correto e seguro da energia, atendimentos comerciais e sorteio de brindes, além de parcerias com órgãos municipais. Ao todo foram realizadas cinco edições em 2022 nos municípios de Macuco, Angra dos Reis, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Petrópolis, beneficiando 227 famílias com a troca gratuita de geladeiras antigas por modelos novos com selo Procel A, além de troca de lâmpadas comuns por LED. As atividades de Sustentabilidade beneficiaram mais de mil pessoas nas caravanas.

Enel Compartilha Empreendedorismo: A loja móvel do programa Enel Compartilha Empreendedorismo foi lançada na Feira do Empreendedor, evento organizado pelo Sebrae Rio. A unidade móvel será utilizada pelos grupos produtivos do programa, e foi viabilizada por meio de uma contrapartida social via BNDES. O automóvel, adaptado para a loja, é todo customizado e faz a comercialização de peças criadas a partir do conceito de economia circular e upcycling, como as roupas da Coleção Energia, produzidas a partir de uniformes utilizados pelos operadores da Enel, e as bijoias, confeccionadas com cabos e fios reaproveitados da rede elétrica. Durante os 3 dias de evento na Feira do Empreendedor, a loja móvel vendeu mais de 150 peças e gerou cerca de R\$ 14 mil em renda para as costureiras do projeto.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

A Enel Distribuição Rio conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em

qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Certificação Top Employer:

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022:

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem *Open Innovation* no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL:

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, conseqüentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

Prêmio Firjan:

A Enel Distribuição Rio foi a vencedora do Prêmio Firjan de Sustentabilidade, na nova categoria "Estratégias para Engajamento e Promoção da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", com o programa Enel Compartilha. A premiação destaca as melhores práticas e reconhece o aprimoramento dos processos produtivos, a implantação de projetos socioambientais e as iniciativas de cunho sustentável desenvolvidas pelas empresas do estado do Rio de Janeiro.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve

promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	
Diretoria Executiva	Cargo
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor-Presidente
Julia Freitas de Alcântara Nunes	Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro	Diretor de Comunicação
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor de Regulação
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Diretor Jurídico
Luiz Flavio Xavier de Sá	Diretor de Mercado
Fernando Andrade	Diretor de Engenharia e Construção

Conselho de Administração	
Conselheiros	Cargo
Guilherme Gomes Lencastre	Presidente do Conselho de Administração
Mario Fernando de Melo Santos	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Nicola Cotugno	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Sandra Roque Vieira Silva	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Massotti de Carvalho	Conselheiro de Administração Titular
Gino Celentano	Conselheiro de Administração Titular
Eduardo dos Santos Machado	Conselheiro de Administração Titular
Alain Rosolino	Conselheiro de Administração Suplente
José Nunes de Almeida Neto	Conselheiro de Administração Suplente
Michelle Rodrigues Nogueira	Conselheiro de Administração Suplente
Julia Freitas de Alcântara Nunes	Conselheiro de Administração Suplente
Janaina Savino Vilella Carro	Conselheiro de Administração Suplente
Marcus Vinicius dos Santos	Conselheiro de Administração Suplente
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Conselheiro de Administração Suplente

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2

Ampla Energia e Serviços S.A.

CNPJ: 33.050.071/0001-58

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.143	240.971
Títulos e valores mobiliários	5	128.982	116.718
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	2.018.136	2.039.645
Ativo financeiro setorial	8	-	307.903
Créditos a receber - subvenção e outros	7	14.013	95.367
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	197.467	221.647
Outros tributos compensáveis	9	559.021	588.234
Serviços em curso		60.980	47.816
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	18.141
Outros créditos		185.642	167.387
Total do ativo circulante		<u>3.232.384</u>	<u>3.843.829</u>
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	304.937	56.989
Ativo financeiro setorial	8	-	98.958
Depósitos vinculados	19	199.864	261.823
Outros tributos compensáveis	9	2.898.745	2.881.905
Tributos diferidos	25	378.354	268.169
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	40.109
Ativo indenizável (concessão)	10	6.412.960	5.287.315
Ativos contratuais	11	939.380	956.056
Imobilizado	12	140.111	106.659
Intangível	13	2.429.582	2.426.651
Total do ativo não circulante		<u>13.703.933</u>	<u>12.384.634</u>
Total do ativo		<u>16.936.317</u>	<u>16.228.463</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	14	1.239.449	1.358.499
Empréstimos e financiamentos	15	2.258.138	3.103.069
Obrigações por arrendamentos		16.594	18.358
Salários, provisões e encargos sociais		57.752	65.536
Outras obrigações fiscais		125.081	191.988
Passivo financeiro setorial	8	86.638	-
Encargos setoriais	16	109.342	82.687
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	405.093	436.501
Dividendos a pagar	30	77.713	77.771
Provisões para processos judiciais e outros riscos	19	-	486
Instrumentos financeiros derivativos	27	120.901	59.340
Outras obrigações		78.749	197.542
Total do passivo circulante		4.575.450	5.591.777
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	15	2.914.047	2.872.962
Obrigações por arrendamentos		48.281	23.161
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	2.834.446	2.814.422
Outras obrigações fiscais		-	140.571
Passivo financeiro setorial	8	53.443	-
Encargos setoriais	16	32.865	43.305
Instrumentos financeiros derivativos	27	201.984	13.976
Obrigações com benefícios pós-emprego	18	281.518	348.582
Provisões para processos judiciais e outros riscos	19	758.994	661.898
Outras obrigações		399	4.846
Total do passivo não circulante		7.125.977	6.923.723
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	20	4.138.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.130.203	1.218.709
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação	20	(56.797)	(27.230)
Total do patrimônio líquido		5.234.890	3.712.963
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.936.317	16.228.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2022	2021
Receita líquida	22	7.732.721	8.473.519
Custo do serviço	23	(6.387.755)	(7.195.898)
Lucro bruto		1.344.966	1.277.621
Despesas operacionais	23		
Despesas com vendas		(21.085)	(17.807)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(256.566)	(518.051)
Despesas gerais e administrativas		(403.347)	(274.581)
Outras receitas operacionais		103.329	56.558
Total (despesas) receitas operacionais		(577.669)	(753.881)
Resultado do serviço público de energia elétrica		767.297	523.740
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		188.574	111.530
Despesas financeiras		(1.054.452)	(528.783)
Variações cambiais, líquidas		2.209	(8.679)
Total do resultado financeiro		(863.669)	(425.932)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(96.372)	97.808
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(92.952)	487
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	96.937	(14.893)
		3.985	(14.406)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(92.387)	83.402
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em reais por ação)	21	(0,40657)	0,50051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(92.387)	83.402
Outros resultados abrangentes:		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	5.837	131.478
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	(1.985)	(44.703)
	3.852	86.775
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(44.799)	(43.396)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	15.232	14.755
	(29.567)	(28.641)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(118.102)	141.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	138.350	929.990	-	1.411	3.591.235
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	131.478	131.478
Tributos diferidos s/ ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(44.703)	(44.703)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	86.775	(86.775)	-
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(43.396)	(43.396)
Tributos diferidos s/ perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	14.755	14.755
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	83.402	-	83.402
<u>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</u>								
Reserva legal	-	-	-	4.170	-	(4.170)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(19.808)	-	(19.808)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	146.199	(146.199)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.498.230	2.308	20.946	142.520	1.076.189	-	(27.230)	3.712.963
Aumento de capital	1.640.000	-	-	-	-	-	-	1.640.000
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	5.837	5.837
Tributos diferidos s/ ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(1.985)	(1.985)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	3.852	-	(3.852)	-
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(44.799)	(44.799)
Tributos diferidos s/ perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	15.232	15.232
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(92.387)	-	-	(92.387)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	29	-	-	29
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.138.230	2.308	20.946	142.520	987.683	-	(56.797)	5.234.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(92.387)	83.402
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	152.883	369.666
Perda de recebíveis de clientes	103.683	148.385
Depreciação e amortização	596.416	497.800
Juros e variações monetárias	194.162	444.231
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	733.613	(54.622)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(82.908)	(31.883)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(261.498)	(459.053)
Valor residual de intangível e imobilizado	37.333	11.336
Tributos e contribuições social diferidos	(96.937)	14.893
Provisões para processos judiciais e outros riscos	139.893	103.863
Obrigações com benefício pós-emprego	27.478	39.912
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(483.005)	(726.289)
Subvenção CDE - desconto tarifário	81.367	(72.586)
Ativo financeiro setorial	489.769	(374.978)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	134.851	(227.957)
Outros tributos compensáveis	(97.812)	(3.184.175)
Depósitos vinculados	61.959	(4.350)
Serviços em curso	(13.164)	(6.560)
Outros créditos	(18.255)	(39.577)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(119.050)	273.147
Salários, provisões e encargos sociais	(7.784)	(11.073)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	169.742	(487)
Outras obrigações fiscais	(207.478)	110.285
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(11.384)	3.250.923
Passivo financeiro setorial	140.081	(389.484)
Encargos setoriais	16.215	33.248
Outras obrigações	(123.240)	84.321
	1.464.543	(117.662)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(88.705)	(150.099)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(170.229)	(150.014)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(203.174)	(164.623)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	(348.393)	(15.103)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(179.260)	(136.113)
Pagamentos de juros de arrendamento	(7.555)	(2.672)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	467.227	(736.286)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(1.479.429)	(1.132.486)
Títulos e valores mobiliários	(12.264)	12.837
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.491.693)	(1.119.649)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	1.640.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	1.342.834	3.744.100
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(1.000.000)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.994.491)	(1.574.154)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.476)	(14.513)
Pagamento de dividendos	(29)	(24)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(122.200)	374.811
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	851.638	1.530.220
Variação no caixa líquido da Companhia	(172.828)	(325.715)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	68.143	240.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
1. Receitas	12.241.677	13.101.556
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	12.394.560	13.471.222
Fornecimento de energia elétrica	10.837.931	12.310.247
Outras receitas	103.329	56.558
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.453.300	1.104.417
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(152.883)	(369.666)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(6.459.736)	(7.479.429)
Materiais	(566.966)	(459.319)
Outros custos operacionais	(437.925)	(380.551)
Custo da energia comprada e transmissão	(4.010.319)	(5.458.218)
Serviços de terceiros	(1.444.526)	(1.181.341)
3. Valor adicionado bruto	5.781.941	5.622.127
4. Retenções	(596.416)	(497.798)
Depreciação e amortização	(596.416)	(497.798)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	5.185.525	5.124.329
6. Valor adicionado recebido em transferência	552.234	971.022
Receitas financeiras	552.234	971.022
7. Valor adicionado total a distribuir	5.737.759	6.095.351
8. Distribuição do valor adicionado	5.737.759	6.095.351
Empregados (Colaboradores)	217.142	204.652
Remunerações	141.124	120.047
FGTS	6.586	5.754
Outros encargos sociais	9.683	8.556
Previdência privada	8.701	8.117
Auxílio-alimentação	21.723	12.942
Convênio assistencial e outros benefícios	12.596	24.849
Participação nos resultados	16.729	24.387
Tributos (Governo)	4.200.093	4.414.316
Federais	362.749	399.655
Imposto de renda e contribuição social	(3.985)	14.406
COFINS	278.390	295.206
PIS	60.440	64.092
INSS	27.904	25.951
Estaduais	2.276.746	2.538.727
ICMS	2.276.746	2.538.727
Municipais	9.354	8.080
ISS	4.984	4.879
IPTU	1.356	2.040
Outros	3.014	1.161
Encargos setoriais	1.551.244	1.467.854
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.142.027	804.888
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	59.704	68.462
Encargos do consumidor - CCRBT	339.846	585.649
Taxa de fiscalização - ANEEL	9.667	8.855
Remuneração de capitais de terceiros	1.412.911	1.392.981
Juros	1.415.902	1.396.954
Aluguéis	(2.991)	(3.973)
Remuneração de capitais próprios	(92.387)	83.402
Dividendo mínimo obrigatório	-	19.808
Prejuízos absorvidos/lucros retidos	(92.387)	63.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 15 de março de 2018.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 86.929, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar, de R\$ 5.609 – vide nota explicativa nº 7.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da bandeira escassez hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes baixa renda que continuariam a ter os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 1 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 5.982, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e está sendo repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 março de 2022 - vide nota explicativa nº 8.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio deveriam ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. Em 10 de março de 2022, a Companhia protocolou pedido de reequilíbrio econômico à ANEEL, em função de situação extraordinária decorrente de lei estadual que impediu os cortes de energia em 2020 e 2021 e provocou aumento no nível de inadimplência.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 9 de maio de 2022 no montante de R\$ 189.908, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 8. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A aprovação para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 / IAS 16 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para processos judiciais e outros riscos, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1 Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 15 de março de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

O reajuste tarifário médio de +16,86% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +15,38% e +17,39% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 62.190, dentre os quais destacam-se: R\$ 843.007 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); neutralidade de encargos setoriais positivo de R\$ 48.903; previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 172.031; parcialmente compensados por componentes negativos da sobrecontratação de R\$ 135.264; escassez hídrica de R\$ 348.059; e PIS/COFINS de 232.000,.

3.2 Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

A ANEEL, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 13 de julho de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +7,25% composto por (i) reajuste econômico de +10,89%, sendo +7,43% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -3,64%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -11,47%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -4,22%.

No entanto, em 4 de agosto de 2022 a Diretoria Geral da ANEEL publicou Despacho nº 2.104, suspendendo a RTE da Companhia, devido à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1044601-25.2022.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal do Distrito Federal.

A Companhia impugnou pedido de liminar suspendendo à revisão extraordinária, pois até então à ANEEL ainda não julgou o pedido de revisão extraordinária devido aos efeitos ocorridos durante à pandemia da COVID-19. Com isso, o reajuste tarifário médio percebido pelos consumidores é de 16,86% conforme deliberado em 15 de março de 2022 (nota explicativa nº 3.1).

3.3 Bandeira tarifária

O exercício de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	14.729	5.771
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	21.474	32.080
Operações compromissadas	27.135	195.695
	48.609	227.775
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos	4.805	7.425
Total de fundos de investimento não exclusivos	4.805	7.425
Total	68.143	240.971

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2022, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 100,73% e 80,12% do CDI, respectivamente (100,54% e 82,34% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 27.2 b.1.1).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos são classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	113.422	96.551
Fundos de investimentos exclusivos (a)	15.560	20.167
Títulos públicos	10.497	11.424
LF - Letra Financeira	5.063	8.743
Total	128.982	116.718

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (a) Fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 50,94% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2022 (22,88% em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações em fundos de investimentos tiveram uma remuneração média de 96,51% do CDI (101,79% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses - vide nota explicativa nº 22.

Os saldos relacionados a consumidores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – vide tabela abaixo.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2022	
	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Classes de consumidores:									
Residencial	278.599	200.713	40.966	92.358	245.413	1.037.852	1.895.901	(1.119.179)	776.722
Industrial	17.602	5.370	626	1.704	3.755	30.468	59.525	(33.920)	25.605
Comercial	71.329	33.985	7.042	19.642	41.160	173.362	346.520	(170.379)	176.141
Rural	4.943	7.264	826	1.986	4.338	14.282	33.639	(14.709)	18.930
Poder público	38.783	11.141	3.390	8.206	14.281	75.852	151.653	(24.041)	127.612
Iluminação pública	31.573	16.053	8.249	21.762	41.654	105.791	225.082	(66.701)	158.381
Serviço público	21.084	3.514	430	816	2.220	2.112	30.176	(1.357)	28.819
Fornecimento faturado	463.913	278.040	61.529	146.474	352.821	1.439.719	2.742.496	(1.430.286)	1.312.210
Receita não faturada	558.777	-	-	-	-	-	558.777	(15.121)	543.656
Parcelamento de débitos	477.353	-	-	-	-	-	477.353	(48.224)	429.129
Venda de Energia Excedente - MVE	6.254	-	-	-	-	-	6.254	-	6.254
Compartilhamento - uso mútuo	2.708	6.810	3.614	5.911	7.979	28.640	55.662	(35.234)	20.428
Agente de cobrança da iluminação pública	8.401	545	553	1.981	4.005	5.732	21.217	(9.821)	11.396
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Total	1.517.406	285.395	65.696	154.366	364.805	1.478.227	3.865.895	(1.542.822)	2.323.073

A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total Líquido	
	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Classes de consumidores:									
Residencial	226.246	265.052	52.432	140.661	312.342	842.105	1.838.838	(1.053.454)	785.384
Industrial	27.275	9.419	4.229	3.488	4.159	35.915	84.485	(19.683)	64.802
Comercial	85.254	49.689	9.208	25.930	45.455	147.011	362.547	(226.375)	136.172
Rural	7.223	9.218	1.082	2.597	4.331	9.998	34.449	(12.813)	21.636
Poder público	42.138	16.573	1.674	7.750	12.498	84.744	165.377	(16.923)	148.454
Iluminação pública	50.513	22.743	5.537	16.461	20.631	89.949	205.834	(5.631)	200.203
Serviço público	28.328	1.403	298	1.122	956	3.661	35.768	(5.333)	30.435
Fornecimento faturado	466.977	374.097	74.460	198.009	400.372	1.213.383	2.727.298	(1.340.212)	1.387.086
Receita não faturada	465.962	-	-	-	-	-	465.962	(12.437)	453.525
Parcelamento de débitos	211.857	-	-	-	-	-	211.857	(6.157)	205.700
Venda de Energia Excedente - MVE	3.671	-	-	-	-	-	3.671	-	3.671
Compartilhamento - uso mútuo	10.948	12.748	2.366	11.469	9.396	16.519	63.446	(20.223)	43.223
Agente de cobrança da iluminação pública	2.487	1.012	-	851	1.458	2.281	8.089	(4.660)	3.429
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Subtotal	1.161.902	387.857	76.826	210.329	411.226	1.236.319	3.484.459	(1.387.825)	2.096.634
								Circulante	2.039.645
								Não circulante	56.989

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.

Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("Expected Credit Losses – ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("Probability of Default – PD") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("Loss given default – LGD"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2021	Provisões	Perda	31.12.2022
Consumidores e outras contas a receber	(1.387.825)	(258.680)	103.683	(1.542.822)
Outros ativos	(25.700)	2.114	-	(23.586)
	(1.413.525)	(256.566)	103.683	(1.566.408)
Circulante	(1.409.389)			(1.562.272)
Não Circulante	(4.136)			(4.136)
Total	(1.413.525)			(1.566.408)

Rubricas de origem	31.12.2020	Provisões	Perda	31.12.2021
Consumidores e outras contas a receber	(1.020.330)	(515.880)	148.385	(1.387.825)
Outros ativos	(23.529)	(2.171)	-	(25.700)
	(1.043.859)	(518.051)	148.385	(1.413.525)
Circulante	(1.038.494)			(1.409.389)
Não Circulante	(5.365)			(4.136)
Total	(1.043.859)			(1.413.525)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

7. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	31.12.2021
Baixa renda - subsidio CDE	7.345	2.654
Subsidio CDE mensal - ciclo corrente	(22.117)	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	21.170	2.202
CDE a receber - diferença ciclo anterior	2.006	3.582
Bônus - Redução Voluntária de consumo (a)	5.609	86.929
	14.013	95.367

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 81.326, restando um saldo de R\$ 5.609 a ser ressarcido.

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial líquido	31.12.2021	Adição	Amortização	Recebimento escassez hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	31.12.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
CVA	750.623	199.096	(667.441)	-	(434.540)	32.356	(44.453)	(164.359)	165.912	(330.271)	(96.493)	(67.866)
Aquisição de Energia - (CVAenerg) (a)	341.482	(155.603)	(275.334)	-	(113.190)	4.618	(44.453)	(242.480)	74.155	(316.635)	(177.417)	(65.063)
Proinfra	1.105	10.737	(10.207)	-	-	861	-	2.496	2.497	(1)	2.497	(1)
Transporte Rede Básica	23.948	44.907	(18.853)	-	-	496	-	50.498	5.251	45.247	41.201	9.297
Transporte de Energia - Itaipu	863	7.547	(669)	-	-	233	-	7.974	343	7.631	6.406	1.568
ESS (b)	363.685	195.432	(299.359)	-	(321.350)	17.960	-	(43.632)	69.187	(112.819)	(20.450)	(23.182)
CDE	19.540	96.076	(63.019)	-	-	8.188	-	60.785	14.479	46.306	51.270	9.515
Demais passivos financeiros setoriais	(343.762)	520.738	300.013	(336.888)	53.072	6.524	(175.419)	24.278	(41.323)	65.601	9.855	14.423
Neutralidade da Parcela A	65.566	44.460	(50.417)	-	-	2.017	-	61.626	8.151	53.475	50.637	10.989
Sobrecontratação de Energia	(128.727)	140.909	125.509	-	(17.773)	(486)	-	119.432	(22.544)	141.976	90.258	29.174
Devoluções Tarifárias	(29.125)	(23.551)	25.819	-	-	(3.350)	-	(30.207)	(4.179)	(26.028)	(24.859)	(5.348)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	(75.428)	-	-	70.845	-	-	(4.583)	-	(4.583)	(4.582)	(1)
Parcela B	(15.603)	-	15.603	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco hidrológico	(170.541)	(169.721)	171.761	-	-	(9.356)	-	(177.857)	(27.227)	(150.630)	(146.907)	(30.950)
Financeiro bandeira escassez hídrica (c)	-	290.050	-	-	-	17.046	-	307.096	-	307.096	-	307.096
Outros (d)	(65.332)	314.019	11.738	(336.888)	-	653	(175.419)	(251.229)	4.476	(255.705)	45.308	(296.537)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	406.861	719.834	(367.428)	(336.888)	(381.468)	38.880	(219.872)	(140.081)	124.589	(264.670)	(86.638)	(53.443)

- (a) Aquisição de energia - (CVA Energia): a variação do diferimento dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, menor geração das usinas termoeletricas, redução do PLD médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para 55,70 e redução da taxa média de câmbio de energia Itaipu, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5,27;
- (b) ESS (Encargo de Serviço do Sistema): o diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao menor despacho da geração fora da ordem de mérito, reflexo da menor geração das usinas termoeletricas;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Financeiro de bandeira escassez hídrica: Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 348.059, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3;

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma adição de R\$ 290.050 referente ao recebimento de escassez hídrica e financeiro da bandeira proporcional ao período de abril a dezembro de 2022.

- (d) Outros:

- Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$189.907. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 3;
- Recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás R\$ 146.980 de acordo com despacho 1.959/2022 de 21 de julho de 2022;
- O valor informado na coluna transferências, no montante total de R\$ 219.872 é referente ao PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores” representando o total devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações, vide nota explicativa nº 17.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



o (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento escassez hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo Circulante	Ativo não circulante
CVA	(91.719)	1.346.010	(52.064)	-	(526.344)	19.182	55.558	750.623	764.282	(13.659)	595.672	154.951
Aquisição de energia - (CVA)energ	(116.523)	897.978	(54.692)	-	(415.849)	16.805	13.763	341.482	366.332	(24.850)	267.212	74.270
Proinfa	2.182	2.700	(2.799)	-	-	58	(1.036)	1.105	-	1.105	1.105	-
Transporte rede básica	9.713	26.082	(4.246)	-	-	1.752	(9.353)	23.948	26.738	(2.790)	18.528	5.420
Transporte de energia - Itaipu	232	1.558	(1.777)	-	-	326	524	863	1.261	(398)	607	256
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	1.391	391.862	11.215	-	(110.495)	1.006	68.706	363.685	356.730	6.955	291.361	72.324
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.286	25.830	235	-	-	(765)	(17.046)	19.540	13.221	6.319	16.859	2.681
Demais passivos financeiros setoriais	(297.765)	(246.903)	366.185	-	(3.357)	(33.499)	(128.423)	(343.762)	(276.178)	(67.584)	(287.769)	(55.993)
Neutralidade da parcela A	61.398	61.216	(45.532)	-	-	1.471	(12.987)	65.566	55.902	9.664	54.233	11.333
Sobrecontratação de energia	(31.992)	(74.593)	76.588	-	(3.357)	(5.526)	(89.847)	(128.727)	(115.938)	(12.789)	(105.222)	(23.505)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(29.358)	(27.197)	29.403	-	-	(1.973)	-	(29.125)	(24.199)	(4.926)	(24.219)	(4.906)
Antecipação da parcela B	(127.794)	-	78.017	-	-	-	34.174	(15.603)	(15.603)	-	(15.603)	-
Risco hidrológico	(218.184)	(166.066)	205.251	-	-	(5.019)	13.477	(170.541)	(134.918)	(35.623)	(143.189)	(27.352)
Outros	48.165	(40.263)	22.458	-	-	(22.452)	(73.240)	(65.332)	(41.422)	(23.910)	(53.769)	(11.563)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(389.484)	1.099.107	314.121	-	(529.701)	(14.317)	(72.865)	406.861	488.104	(81.243)	307.903	98.958

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Imposto de renda e contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão sendo apresentados de forma líquida entre ativo e passivo (em 31 de dezembro de 2021 não houve compensação pois não havia saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar), portanto não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	238.350	112.379
Contribuição social	48.229	40.788
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.840	68.480
	<u>290.419</u>	<u>221.647</u>
Imposto de renda e contribuição sociais a pagar		
Imposto de renda	68.051	-
Contribuição social	24.901	-
	<u>92.952</u>	<u>-</u>
Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos	<u>197.467</u>	<u>221.647</u>

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (a)	120.774	139.557	138.221	106.936
PIS e COFINS	31.264	-	11.623	-
PIS e COFINS (ICMS) (a)	405.093	2.759.188	436.501	2.774.969
Outros tributos	1.890	-	1.889	-
Total	<u>559.021</u>	<u>2.898.745</u>	<u>588.234</u>	<u>2.881.905</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2022, o total de crédito de ICMS, está composto por R\$ 153.612 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 42.755 de Incentivo cultural, R\$ 23.085 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 1.230 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 14.918 ao pedido de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e R\$ 24.730 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio.

10. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	5.287.315	4.321.429
Transferências do ativo contratual	864.147	453.787
Transferência do ativo contratual	-	29.501
Transferência do ativo intangível	-	4.942
Reclassificação para o ativo imobilizado	-	14.267
Reclassificação a outros ativos	-	4.336
Atualização do ativo financeiro da concessão	261.498	459.053
Saldo Final	6.412.960	5.287.315

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O aumento do saldo do ativo indenizável representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

11. Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção para intangível da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,19% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (3,11% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022		31.12.2021
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	736.835	(58.988)	677.847
Software	261.533	-	261.533
Total	998.368	(58.988)	939.380

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	721.462	(101.993)	619.469
Adições	1.103.921	-	1.103.921
Capitalização de juros de empréstimos	496	-	496
Reclassificações	6.578	-	6.578
Reclassificações para o ativo indenizável	(29.501)	-	(29.501)
Transferências para ativo intangível	(291.120)	-	(291.120)
Transferências para ativo indenizável	(453.787)	-	(453.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.058.049	(101.993)	956.056
Adições	1.458.936	-	1.458.936
Capitalização de juros de empréstimos	248	-	248
Reclassificações para o ativo intangível	(620.631)	9.083	(611.548)
Transferências para ativo indenizável	(898.069)	33.922	(864.147)
Transferências do ativo imobilizado	(165)	-	(165)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	998.368	(58.988)	939.380

12. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2021	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Reclassificação	31.12.2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	515	-	-	-	-	-	515
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	23.536	-	-	-	14.406	-	37.942
Máquinas e equipamentos	72.297	-	-	(252)	11.146	-	83.191
Veículos	2.238	-	-	-	463	-	2.701
Móveis e utensílios	28.633	-	-	-	3.740	-	32.373
Subtotal	127.219	-	-	(252)	29.755	-	156.722
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(12.585)	-	(742)	-	-	-	(13.327)
Máquinas e equipamentos	(53.215)	-	(2.936)	252	-	454	(55.445)
Veículos	(2.163)	-	(46)	-	-	-	(2.209)
Móveis e utensílios	(20.957)	-	(2.043)	-	-	-	(23.000)
Subtotal	(88.920)	-	(5.767)	252	-	454	(93.981)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	8.981	4.708	-	-	(3.325)	-	10.364
Máquinas e equipamentos	13.982	16.297	-	-	(22.062)	(454)	7.763
Veículos	1.057	-	-	-	(463)	-	594
Móveis e utensílios	8.085	(760)	-	-	(3.740)	-	3.585
Subtotal	32.105	20.245	-	-	(29.590)	(454)	22.306
Total do imobilizado	70.404	20.245	(5.767)	-	165	-	85.047
Ativo de direito de uso							
Terrenos	474	20	(120)	-	-	-	374
Imóveis	23.878	38.154	(11.077)	-	-	-	50.955
Veículos	11.903	-	(8.168)	-	-	-	3.735
Subtotal	36.255	38.174	(19.365)	-	-	-	55.064
Total	106.659	58.419	(25.132)	-	165	-	140.111

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2020	Adição	Depreciação	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	-	-	515	515
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	675	-	-	22.861	23.536
Máquinas e equipamentos	138.776	-	-	(66.479)	72.297
Veículos				2.238	2.238
Móveis e utensílios	42.040	-	-	(13.407)	28.633
Subtotal	181.491	-	-	(54.272)	127.219
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(129)	-	(504)	(11.952)	(12.585)
Máquinas e equipamentos	(101.920)	-	(2.895)	51.600	(53.215)
Veículos			(34)	(2.129)	(2.163)
Móveis e utensílios	(23.297)	-	(2.005)	4.345	(20.957)
Subtotal	(125.346)	-	(5.438)	41.864	(88.920)
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	-	14.441	-	(5.460)	8.981
Máquinas e equipamentos	5.544	2.817	-	5.621	13.982
Veículos				1.057	1.057
Móveis e utensílios	6.932	4.231	-	(3.078)	8.085
Subtotal	12.476	21.489	-	(1.860)	32.105
Total do imobilizado	68.621	21.489	(5.438)	(14.268)	70.404
Ativo de direito de uso					
Terrenos	636	-	(162)	-	474
Imóveis	32.444	1.369	(9.937)	2	23.878
Veículos e outros meios de transporte	-	12.924	(1.021)	-	11.903
Subtotal	33.080	14.293	(11.120)	2	36.255
Total	101.701	35.782	(16.558)	(14.266)	106.659

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívicas e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	4,05
Imóveis	3,21
Veículos e outros meios de transporte	1,08

13. Intangível

São decorrentes do direito de uso da infraestrutura, licenças de software e bens de renda. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	6.802.484	(4.457.726)	(108.644)	2.236.114	2.293.370
Software	468.053	(275.725)	-	192.328	131.631
Bens de renda	21.876	(20.736)	-	1.140	1.650
Total	7.292.413	(4.754.187)	(108.644)	2.429.582	2.426.651

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.576.472	(3.803.109)	(140.312)	2.633.051
Baixas	(29.382)	18.046	-	(11.336)
Amortização	-	(501.108)	19.866	(481.242)
Transferência dos ativos contratuais	291.120	-	-	291.120
Transferência para o ativo indenizável	12.404	(19.134)	1.788	(4.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.850.614	(4.305.305)	(118.658)	2.426.651
Baixas	(166.220)	129.366	(479)	(37.333)
Amortização	-	(590.860)	19.576	(571.284)
Transferência dos ativos contratuais	620.631	-	(9.083)	611.548
Transferência para o ativo indenizável	(12.612)	12.612	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.292.413	(4.754.187)	(108.644)	2.429.582

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 27.1.1.

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia	371.383	433.166
Compra de energia com partes relacionadas (nota 26)	1.518	1.847
Encargo de uso da rede	118.743	277.120
Encargo de uso da rede com partes relacionadas (nota 26)	430	432
Total energia	492.074	712.565
Materiais e serviços	628.017	526.922
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 26)	119.358	119.012
Total fornecedores	1.239.449	1.358.499

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R\$ 146.761 (R\$ 74.925 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 27.1.1.

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	31.12.2022						31.12.2021						
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante		Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Total	
Moeda estrangeira:													
Scotiabank 4131 III	1.125	-	1.125	-	192.536	192.536	193.661	1.195	-	1.195	205.923	205.923	207.118
Scotiabank 4131 IV	568	-	568	-	115.521	115.521	116.089	607	-	607	123.554	123.554	124.161
BNP PARIBAS 4131 II	-	-	-	-	-	-	-	79	218.843	218.922	-	-	218.922
Total	1.693	-	1.693	-	308.057	308.057	309.750	1.881	218.843	220.724	329.477	329.477	550.201
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas													
Enel Finance International N.V. III, IV, V, VI, VII, VIII	6.530	1.624.827	1.631.357	-	808.991	808.991	2.440.348	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	6.530	1.624.827	1.631.357	-	808.991	808.991	2.440.348	6.958	1.011.809	1.018.767	1.560.045	1.560.045	2.578.812
Total moeda estrangeira	8.223	1.624.827	1.633.050	-	1.117.048	1.117.048	2.750.098	8.839	1.230.652	1.239.491	1.889.522	1.889.522	3.129.013
Moeda nacional:													
Financiamentos													
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	5	3.440	3.445	-	-	-	3.445	15	8.257	8.272	3.440	3.440	11.712
BNP PARIBAS 4131	-	-	-	-	-	-	-	13.720	400.000	413.720	-	-	413.720
Financiamentos - Moeda nacional	5	3.440	3.445	-	-	-	3.445	13.735	408.257	421.992	3.440	3.440	425.432
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas													
Enel Brasil Mútuo não Subordinado (nota 26)	22.511	339.104	361.615	208.720	838.279	1.046.999	1.408.614	73.426	1.211.861	1.285.287	-	-	1.285.287
Enel Finance International N.V. I e II (nota 26)	30.028	230.000	260.028	-	750.000	750.000	1.010.028	14.837	-	14.837	980.000	980.000	994.837
CDSA (nota 26)	-	-	-	-	-	-	-	738	140.724	141.462	-	-	141.462
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	52.539	569.104	621.643	208.720	1.588.279	1.796.999	2.418.642	89.001	1.352.585	1.441.586	980.000	980.000	2.421.586
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	52.544	572.544	625.088	208.720	1.588.279	1.796.999	2.422.087	102.736	1.760.842	1.863.578	983.440	983.440	2.847.018
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	60.767	2.197.371	2.258.138	208.720	2.705.327	2.914.047	5.172.185	111.575	2.991.494	3.103.069	2.872.962	2.872.962	5.976.031

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 58	180.880	05/01/2022	31/01/2022	1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IX (c/ Swap)	1.041.014	28/12/2022	28/12/2023	6,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 59	76.599	23/12/2022	31/03/2023	1,32%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 60	30.233	26/12/2022	31/03/2023	1,32%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 61	14.107	28/12/2022	31/03/2023	1,32%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	06/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Mútuo Ampla x CDSA I	140.724	14/12/2021	07/01/2022	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 56	100.466	30/09/2021	31/03/2022	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 57	60.412	23/12/2021	31/03/2022	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VIII (c/ Swap)	1.025.952	28/12/2021	28/12/2022	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
Enel Brasil Mútuo	206.444	29/12/2015	06/08/2023	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 54	100.000	18/06/2020	17/06/2024	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	22/01/2024	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Finance International N.V.II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.III (c/ Swap)	294.500	01/07/2021	03/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IV (c/ Swap)	299.800	08/07/2021	10/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. V (c/ Swap)	306.765	03/09/2021	03/09/2024	1,53%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VI (c/ Swap)	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. VII (c/ Swap)	347.881	14/12/2021	16/12/2024	1,65%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.418.642	47%	2.421.586	41%
Taxa fixa	3.445	0%	425.432	7%
Moeda estrangeira				
Dólar	309.750	6%	550.201	9%
Euro	2.440.348	47%	2.578.812	43%
Total	5.172.185	100%	5.976.031	100%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar e euro por valores em reais.

15.4 Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

31.12.2022		
2024	2025	Total não circulante
2.397.271	308.056	2.705.327

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador (*)	31.12.2022
	%
CDI	13,65
TJLP	7,37
Dólar	5,22
Euro	5,57

(*) Índice do último dia do exercício.

15.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Captações	-	531.601	1.385.953	1.826.546	3.744.100
Encargos provisionados	109.351	57.903	23.065	3.982	194.301
Encargos pagos	(86.764)	-	(26.194)	-	(112.958)
Variação cambial	-	-	51.580	63.880	115.460
Transferências	2.084.129	(2.084.129)	208.677	(208.678)	(1)
Amortizações	(265.895)	-	(1.308.259)	-	(1.574.154)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.863.578	983.440	1.239.491	1.889.522	5.976.031
Captações	301.819	-	1.041.014	-	1.342.833
Encargos provisionados	330.402	-	37.029	-	367.431
Encargos pagos	(166.414)	-	(37.008)	-	(203.422)
Variação cambial	-	-	(126.516)	(226.347)	(352.863)
Transferências	(813.558)	813.559	546.126	(546.127)	-
Amortizações	(890.739)	-	(1.103.752)	-	(1.994.491)
Ajuste a valor de mercado	-	-	36.666	-	36.666
Saldo em 31 de dezembro de 2022	625.088	1.796.999	1.633.050	1.117.048	5.172.185

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual

BNDES 2012 e 2013

- (a) Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (b) LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº21. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.12.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CONTA COVID	25.969	25.969
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	65.251	57.004
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	50.002	42.101
Outros	985	918
Total	142.207	125.992
Circulante	109.342	82.687
Não Circulante	32.865	43.305

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 219.872.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando até 31 de dezembro de 2022 o montante acumulado compensado de R\$ 295.892.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	9	405.093	436.501
<u>Ativo não circulante</u>	9	2.759.188	2.774.969
Total do ativo		3.164.281	3.211.470
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>	17	405.093	436.501
<u>Passivo não circulante</u>	17	2.834.446	2.814.422
Total do passivo		3.239.539	3.250.923
		31.12.2022	31.12.2021
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	22	-	(2.055.395)
PIS/COFINS - tributo a compensar	22	-	2.055.395
Impacto líquido		-	-
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	24	222.562	1.195.528
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	24	(222.562)	(1.195.528)
Impacto líquido		-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Constituição	2.055.395	2.055.395
Atualização	1.195.528	1.195.528
Compensação	(39.453)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.211.470	3.250.923
Atualização	222.562	222.562
Compensação	(256.439)	-
Devolução consumidores (nota 8)	-	(219.872)
Outros - ajuste créditos e pagamento honorários	(13.312)	(14.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.164.281	3.239.539

18. Obrigações com benefício pós-emprego

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. Através de estudos de aderência, realizados periodicamente, avalia-se a adequação da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora. A seguir informações sobre o custeio dos planos:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparada pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 5,43%% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 257 para cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais.

O valor do saldo devedor desse compromisso em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 46.214 e em março de 2022 o referido saldo foi quitado pela empresa, conforme prazo e condições estabelecidas no contrato.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,37% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,22% são destinados à cobertura dos benefícios e 2,15% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,43% da folha de salários dos participantes ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela Companhia com o PACV totalizam a quantia de R\$ 125.780 (R\$ 103.318 em 31 de dezembro de 2021), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	1.338.396	1.414.121
Valor justo dos ativos do plano	(1.142.820)	(1.090.644)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	85.942	25.105
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	281.518	348.582

b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.414.121	1.642.975
Custo dos serviços correntes	2.432	991
Custos dos juros	126.455	112.268
Contribuição de participantes do plano	20	145
Benefícios pagos pelo plano	(141.061)	(135.522)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(63.571)	(206.736)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.338.396	1.414.121

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.090.644	1.052.729
Retorno esperado dos ativos do plano	101.999	73.346
Contribuições recebidas de participantes do plano	20	145
Contribuições recebidas do empregador	88.705	150.099
Benefícios pagos pelo plano	(141.061)	(135.522)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	2.513	(50.153)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.142.820	1.090.644

d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo do início do exercício	348.582	590.246
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	2.432	991
Juros líquido conforme laudo atuarial	25.046	38.922
Pagamento de contribuições	(88.705)	(150.099)
Ajustes de avaliação atuarial	(5.837)	(131.478)
Saldo do final do exercício	281.518	348.582

Aberto por plano:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.272	101.595	282.654	21.725	590.246
Custo do serviço corrente	(25)	108	-	908	991
Custo dos juros líquidos	11.517	7.014	19.148	1.243	38.922
Contribuições reais do empregador	(111.884)	(11.375)	(24.897)	(1.943)	(150.099)
Ganho/Perda atuarial	(37.665)	(4.246)	(84.028)	(5.539)	(131.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.215	93.096	192.877	16.394	348.582
Custo do serviço corrente	-	83	1.666	683	2.432
Custo dos juros líquidos	(1.772)	8.189	17.330	1.299	25.046
Contribuições reais do empregador	(47.911)	(15.375)	(23.904)	(1.515)	(88.705)
Ganho/Perda atuarial	3.468	12.858	(20.749)	(1.414)	(5.837)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	98.851	167.220	15.447	281.518

e) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	31.12.2022	31.12.2021
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	25.105	-
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	590	-
Outras variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	60.247	25.105
	85.942	25.105

f) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	31.12.2022	31.12.2021
Custo do serviço corrente bruto	2.432	991
Custo do serviço líquido	2.432	991
Juros sobre a obrigação atuarial	126.455	112.268
Rendimento esperado dos ativos no ano	(101.409)	(73.346)
Juros líquidos sobre o passivo	25.046	38.922
Total reconhecido no resultado	27.478	39.913

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	31.12.2022	31.12.2021
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	85.093	229.557
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(21.522)	(22.821)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos	2.513	(50.153)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(60.247)	(25.105)
Montante reconhecido no período em outros resultados abrangentes	5.837	131.478

h) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Renda fixa	779.129	68,18%	730.409	66,97%
Renda variável	137.129	12,00%	158.721	14,55%
Investimentos imobiliários	104.988	9,19%	106.180	9,74%
Outros	121.574	10,64%	95.334	8,74%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.142.820	100,00%	1.090.644	100,00%

i) Premissas atuariais utilizadas:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	10,40%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	N/A

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,41%	9,46%	9,46%	9,41%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,41%	9,46%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49

j) Estimativa da despesa para o exercício de 2023:

	2023
Custo dos serviços correntes	2.461
Custos dos juros líquidos	27.241
Total da despesa projetada para o exercício de 2023	29.702

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	PCA		PACV		Plano Médico		Plano FGTS	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022	850.247		305.479		167.224		15.445	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(28.643)	30.586	(11.881)	12.802	(1.258)	569	(486)	518
Total da obrigação do benefício definido	821.604	880.833	293.598	318.281	165.966	167.793	14.959	15.963

19. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

19.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas (a)	331.190	68.836	(62.898)	52.126	(38.906)	350.348
Cíveis (b)	297.845	275.700	(141.695)	82.567	(138.176)	376.241
Fiscais (c)	24.477	32	(82)	1.095	(70)	25.452
Regulatório (d)	1.693	-	-	189	-	1.882
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	655.205	344.568	(204.675)	135.977	(177.152)	753.923
Outras provisões (e)	7.179	-	-	-	(2.108)	5.071
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	662.384	344.568	(204.675)	135.977	(179.260)	758.994
Circulante	486					-
Não circulante	661.898					758.994

	31.12.2020	Adições	Reversões	Reclassificações	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	294.155	30.619	(28.744)	-	47.096	(11.936)	331.190
Cíveis (b)	285.913	162.544	(74.291)	-	39.618	(115.939)	297.845
Fiscais (c)	203.779	197	(76)	(172.127)	(5.493)	(1.803)	24.477
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	249	-	1.693
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	785.291	193.360	(103.111)	(172.127)	81.470	(129.678)	655.205
Outras provisões (e)	-	13.615	-	-	-	(6.436)	7.179
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	785.291	206.975	(103.111)	(172.127)	81.470	(136.114)	662.384
Circulante	179.662						486
Não circulante	605.629						661.898

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para 942 processos, compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem, em sua maioria, pedidos de vínculo de emprego com a Companhia, nos processos de terceirizados e, conseqüente equiparação aos direitos dos empregados da Companhia ou eventuais verbas inadimplidas por seus empregadores.

b) Processos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Processos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

- c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 15.146 (R\$14.492 em 31 de dezembro de 2021).
- c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 6.644 para o auto de infração, sendo o valor total de R\$ 16.611, (R\$ 6.388 e R\$ 15.970 em 31 de dezembro de 2021) e de R\$ 598 para a execução fiscal, sendo valor total de R\$ 2.991 (R\$561 e R\$2.806 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

d) Processos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 846/2019 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

e) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	246.092	269.139
Cíveis (a)	1.020.024	1.478.886
Fiscais (b)	1.958.641	1.778.241
Juizados especiais	312.810	191.914
Regulatório	19.853	17.887
Total	3.557.420	3.736.067

a) Processos cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa 19.1.b.

b) Processos fiscais

b.1) Temas federais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.387.666 (R\$ 1.332.501 em 31 de dezembro 2021).

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 458.509 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 337.860 em 31 de dezembro de 2021), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN") e; (viii) ICMS referente a clientes baixa renda, receitas não tributáveis e aplicação de multa por não escrituração de notas fiscais.

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 25.045 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 23.918 em 31 de dezembro de 2021). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelo município de Niterói, nos montantes de R\$ 2.530, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.394 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia discute com o município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 46.276 (R\$ 43.010 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de setembro de 2022 de R\$ 44.353 (R\$ 36.303 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia recebeu, em novembro de 2022, duas execuções fiscais de ISS sobre CIP do Município de Petrópolis no valor de R\$ 3.235. Esse valor já está refletido no montante total do tópico acima.

19.3 Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica “Depósitos vinculados”, e são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	172.018	183.339
Cíveis	26.679	77.459
Fiscais	1.167	1.025
Total	199.864	261.823

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 4.138.230 (R\$ 2.498.230 em 31 de dezembro de 2021), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	239.730.313	99,80%	166.191.392	99,73%
Outros	479.608	0,20%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	240.209.921	100,00%	166.634.326	100,00%

Em 07 de março de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o aumento de capital no valor de R\$ 1.640.000 passando o capital de R\$ 2.498.230 para R\$ 4.138.230 mediante emissão de 73.575.595 novas ações ordinárias no valor de R\$ 22,29 por ação. As ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela controladora Enel Brasil, sendo R\$ 1.010.000 mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFACs”), realizadas no mesmo ano, e R\$ 630.000 através de aportes de capital realizados subsequentemente.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Destinação de resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo e, portanto, não há destinação de resultado.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (prejuízo) do exercício	(92.388)	83.402
(-) Reserva legal	-	(4.170)
(+) Reversão de dividendos prescritos	29	-
Lucro (prejuízo) ajustado	(92.359)	79.232
Dividendo mínimo obrigatório	-	(19.808)
	(92.359)	59.424
Outros resultados abrangentes - benefícios pós-emprego	3.852	86.775
Valor transferidos/(absorvidos) para a reserva de reforço de capital de giro	(88.507)	146.199

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2022 foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 83.402, da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no montante de R\$ 4.170; (ii) dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$19.808; (iii) do saldo de R\$ 59.424 remanescente foi acrescentado o valor de R\$ 86.775 correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial) e; (iv) valor de R\$ 146.199 destinado à reserva de reforço de capital de giro.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do período, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2022	31.12.2021
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(86.057)	(41.258)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	29.260	14.028
	(56.797)	(27.230)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (prejuízo) do exercício	(92.389)	83.402
Número de ações	227.237.915	166.634.326
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	(0,40657)	0,50051

22. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022			2021		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.840.120	4.823.728	3.998.202	2.527.346	3.882.306	4.915.205
Industrial	3.346	139.816	549.995	3.403	112.321	291.767
Comercial	136.596	1.409.392	1.884.304	123.756	1.117.020	1.707.516
Rural	64.942	140.836	198.574	62.587	126.853	182.631
Poder público	13.671	389.305	554.871	13.004	265.635	404.610
Iluminação pública	2.331	562.068	343.576	1.878	422.085	421.415
Serviço público	2.998	269.960	360.870	2.925	224.276	284.626
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(3.689.337)	-	-	(3.820.627)
Suprimento - Agente de Distribuição	13	395.652	145.809	24	343.318	114.409
Fornecimento faturado	3.064.017	8.130.757	4.346.864	2.734.923	6.493.814	4.501.552
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	558.777	-	-	465.962
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	3.689.337	-	-	3.820.627
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(59.199)	-	-	(30.602)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	3.064.017	8.130.757	8.535.779	2.734.923	6.493.814	8.757.539
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	352.406	-	-	1.413.225
Subvenção baixa renda	-	-	87.557	-	-	48.902
Subvenção de recursos da CDE	-	-	281.596	-	-	234.905
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	944	3.110.658	1.043.002	739	1.882.973	861.196
Receita de construção	-	-	1.453.300	-	-	1.104.417
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	124.322	-	-	406.460
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	261.498	-	-	459.053
Outras receitas	-	-	151.771	-	-	128.967
Total outras receitas	944	3.110.658	3.755.452	739	1.882.973	4.657.125
Receita operacional bruta	3.064.961	11.241.415	12.291.231	2.735.662	8.376.787	13.414.664
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(2.276.746)	-	-	(2.538.727)
COFINS - corrente	-	-	(596.116)	-	-	(763.850)
PIS - corrente	-	-	(129.420)	-	-	(165.836)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(59.704)	-	-	(68.461)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.142.027)	-	-	(804.888)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(339.846)	-	-	(585.649)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(9.667)	-	-	(8.855)
ISS	-	-	(4.984)	-	-	(4.879)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(4.558.510)	-	-	(4.941.145)
Receita operacional líquida	3.064.961	11.241.415	7.732.721	2.735.662	8.376.787	8.473.519

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

22.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida quando as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 22.3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A receita de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

22.3 Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses.

22.4 Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

22.5 Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.6 Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica “Créditos a receber – subvenção e Outros” - vide nota explicativa nº 7.

22.7 Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

22.8 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - o ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. Até junho/22, as principais classes eram tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv. Com a edição da Lei 194/2022, a partir de julho/22 as referidas classes passaram a ser tributadas pela alíquota de 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022					2021						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(107.382)	-	(48.287)	-	-	(155.669)	(111.790)	-	(44.093)	-	-	(155.883)
Material	(15.350)	-	(3.424)	-	-	(18.774)	(15.051)	-	(4.541)	-	-	(19.592)
Serviços de terceiros	(508.733)	(21.085)	(57.053)	-	-	(586.871)	(506.772)	(17.807)	(39.325)	-	-	(563.904)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.661.267)	-	-	-	-	(2.661.267)	(3.664.274)	-	-	-	-	(3.664.274)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(747.486)	-	-	-	-	(747.486)	(685.126)	-	-	-	-	(685.126)
Encargos de serviços do sistema	(292.336)	-	-	-	-	(292.336)	(604.221)	-	-	-	-	(604.221)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	-	-	-	-	-	6.241	-	-	-	-	6.241
Depreciação e amortização	(535.731)	-	(25.132)	-	-	(560.863)	(449.157)	-	(16.558)	-	-	(465.715)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(152.883)	-	(152.883)	-	-	-	(369.666)	-	(369.666)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(103.683)	-	(103.683)	-	-	-	(148.385)	-	(148.385)
Custo de construção	(1.453.300)	-	-	-	-	(1.453.300)	(1.104.417)	-	-	-	-	(1.104.417)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(114.268)	-	-	(114.268)	-	-	(90.249)	-	-	(90.249)
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	-	-	-	-	90.982	90.982	-	-	-	-	56.261	56.261
Outras receitas (despesas) operacionais	(66.170)	-	(155.183)	-	12.347	(209.006)	(61.331)	-	(79.815)	-	297	(140.849)
Subtotal	(6.387.755)	(21.085)	(403.347)	(256.566)	103.329	(6.965.424)	(7.195.898)	(17.807)	(274.581)	(518.051)	56.558	(7.949.779)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23.1 Custo do serviço de energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda

	2022	2021
Custo com energia elétrica comprada para revenda		
Itaipu Binacional	(565.215)	(758.516)
Enertrade comercializadora de energia S.A.	-	(89.243)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(175.997)	23.784
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(1.401.205)	(1.847.027)
Proinfa	(144.966)	(92.410)
Recursos financeiros da conta de energia de reserva (CONER)	-	78.866
Eletronuclear S/A-Eletronuclear	(145.942)	(93.929)
Cotas de garantia física	(317.802)	(300.005)
Risco hidrológico	(51.557)	(685.985)
Exposição involuntária	(5.006)	(46.137)
(-) Crédito de PIS e COFINS	162.768	320.359
Outros	(16.345)	(174.031)
	(2.661.267)	(3.664.274)

Encargos do uso do sistema de transmissão

	2022	2021
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede básica	(606.373)	(630.045)
Contratos de uso do sistema de distribuição – CUSD	(239.142)	(199.789)
Encargos de conexão	(48.433)	(45.771)
(-) Crédito de PIS e COFINS	146.462	190.479
	(747.486)	(685.126)
Encargos de serviços do sistema		
Encargo do serviço do sistema - ESS	(292.336)	(604.221)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	6.241
	(292.336)	(597.980)
Total	(3.701.089)	(4.947.380)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



24. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	23.321	12.730
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	53.547	45.082
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	10.214	4.212
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	-	4.987
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	82.908	31.883
Juros fundo de pensão	1.772	-
Outras receitas financeiras	31.859	17.689
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(15.047)	(5.053)
Subtotal	188.574	111.530
Despesas financeiras		
Dívida - Marcação a mercado	(36.666)	(2.158)
Encargos de dívidas	(11.328)	(54.665)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(44.028)	(46.201)
Juros debêntures	-	(46.174)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(135.977)	(81.470)
Encargos fundo de pensão	(26.818)	(38.922)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(5.307)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(385.630)	(66.505)
Encargos de mútuos	(356.103)	(139.636)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	248	496
IOF/IOOC	(3.261)	(2.455)
Apropriação custo de transação	-	(1.057)
Juros em arrendamento	(7.213)	(2.671)
Outras despesas financeiras	(42.369)	(47.365)
Subtotal	(1.054.452)	(528.783)
Variações cambiais líquidas		
Variações cambiais de dívidas	352.864	(115.460)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos	(352.890)	111.929
Outras variações cambiais	2.235	(5.148)
Subtotal das variações cambiais líquidas	2.209	(8.679)
Total do resultado financeiro	(863.669)	(425.932)

25. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(68.051)	(24.901)	358	129
Diferidos	71.284	25.653	(10.944)	(3.949)
Total	3.233	752	(10.586)	(3.820)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(96.373)	(96.373)	97.808	97.808
Adições:				
Gratificação a administradores	(160)	(160)	25.703	25.703
Perdão de dívida	32	32	3.064	3.064
Outras despesas indedutíveis	84.688	84.688	16.237	16.237
Total das adições	84.560	84.560	45.004	45.004
Base de cálculo	(11.813)	(11.813)	142.812	142.812
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Receita(despesa) com tributos às alíquotas nominais	2.977	1.063	(35.679)	(12.853)
Complemento de variação cambial não realizada	256	(311)	25.093	9.033
Total da receita(despesa) com tributos	3.233	752	(10.586)	(3.820)
Alíquota efetiva	3,35%	0,78%	10,82%	3,91%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021	2022	2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	256.334	222.768	33.566	(44.231)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	165.874	92.358	73.516	30.726	-	-
Benefício pós-emprego	219.004	220.989	-	-	(1.985)	(44.703)
Instrumentos financeiros derivativos	92.988	-	92.988	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	29.260	14.028	-	14.028	15.232	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	3.336	1.790	1.546	(1.154)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	167.788	208.078	(40.290)	63.237	-	-
Outras provisões	54.861	38.069	16.792	14.324	-	-
Total dos diferidos ativos	989.445	798.080	178.118	76.930	13.247	(44.703)
Tributos diferidos passivos:						
Ativo indenizável (concessão)	(610.804)	(521.007)	(89.798)	(159.640)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(8.904)	8.904	67.529	-	14.755
Outros	(287)	-	(287)	288	-	-
Total dos diferidos passivos	(611.091)	(529.911)	(81.181)	(91.823)	-	14.755
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	378.354	268.169	96.937	(14.893)	13.247	(29.948)

(b.2) Estimativa de realização

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	Total
2023	312.237
2024	92.957
2025	106.840
2026	44.892
2027 a 2029	136.615
2030 a 2032	295.904
Total	989.445

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

26. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

26.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Mútuo Enel Brasil 52 - Subordinado I	Agosto de 2023	27.351	26.531	-	-
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(63.972)	(37.339)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(168.613)	(63.553)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2019 a Dezembro de 2022	(77.635)	(57.880)	-	-
Mútuos	Vide nota 18	(1.408.614)	(1.285.287)	(169.540)	(42.376)
Comissão de fiança	Fevereiro de 2025	(278)	(952)	(1.397)	(4.135)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(3.724)	(198)	-	-
Total do saldo com partes relacionadas		(1.695.485)	(1.418.678)	(170.937)	(46.511)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26.2 Empresas em controle comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		(266.071)	(332.187)	(18.882)	(38.300)
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(266.071)	(332.187)	(18.882)	(38.300)
Compra e venda de estoque		2.404	2.404	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE	N/A	2.404	2.404	-	-
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)		6	411	562	447
Enel X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	6	411	562	447
Prestação de serviços de desenvolvimento		(1.640)	(7.331)	151	
Enel X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(1.640)	(7.331)	151	(6.138)
Compra e venda de ativo imobilizado		(1.176)	(2.229)	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	N/A	(1.176)	(2.229)	-	-
Suprimento de energia - CCEAR		(1.568)	(1.847)	(15.608)	(14.246)
Enel Green Power Volta Grande S.A.		(783)	(656)	(7.689)	(7.553)
Enel Green Power Paranapanema S.A.		(92)	(85)	(1.003)	(956)
Enel Green Power Mourão S.A.		(26)	(24)	(264)	(276)
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	(126)	(136)	(1.089)	(932)
Enel Green Power Fazenda S.A.		(63)	(102)	(686)	(624)
Enel Green Power Salto do Apicás S.A.		(208)	(225)	(2.188)	(1.537)
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(129)	(275)	(1.547)	(1.228)
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(141)	(344)	(1.142)	(1.140)
Suprimento de energia - MVE		-	(408)	-	(9.179)
Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	-	(408)	-	(9.179)
Reembolso de despesas de viagens		(209)	(162)	-	-
ENDESA S.A.	Até o final da concessão	(209)	(162)	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão		(412)	(432)	(5.037)	(5.025)
Enel Cien S.A.	Até o final da concessão	(412)	(432)	(5.037)	(5.025)
Mútuo		(3.450.376)	(3.715.111)	92.742	(127.601)
Enel Finance International N.V.	Vide nota 15	(3.450.376)	(3.573.649)	93.027	(126.863)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		-	(141.462)	(285)	(738)
Reembolso expatriados		(2.359)	(3.331)	(2.121)	(2.161)
Enel SpA		(1.311)	(1.430)	(1.450)	(1.338)
Enel Italia SpA	Até o final da concessão	(435)	(1.430)	(325)	-
Enel Romania S.A.		444	444	-	-
E-Distributie Muntenia S.A.		-	-	-	142
Enel Global Infrastructure And Networks S.r.l.		(1.057)	(915)	(346)	(965)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM		(1.239)	(1.387)	-	-
Enel Iberia S.r.l.	Até o final da concessão	(1.239)	(1.387)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme despacho N° 338 de 06 de fevereiro de 2019 (*)		3.182	8.178	1.259	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.		781	781	-	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.		-	(377)	-	-
CELG Distribuição S.A. - CELG D		-	4.937	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(170)	(170)	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		124	2.928	-	-
Enel Americas S.A.		1.109	-	-	-
Gridspertise Latam S.A		1.259	-	1.259	-
Enel Cien S.A.		79	79	-	-
Total do saldo com partes relacionadas		(3.719.458)	(4.053.432)	53.066	(196.065)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 15.

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	2022	2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.600	2.526
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	82	104
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	80	722
Total	1.762	3.352

27. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



27.1 Instrumentos financeiros

27.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Rúbrica	Categoria	Nível*	31.12.2022		31.12.2021		
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	68.143	68.143	240.971	240.971	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	128.982	128.982	116.718	116.718	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.323.073	2.323.073	2.096.634	2.096.634	
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	-	-	406.861	406.861	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	58.250	58.250	
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	6.412.960	6.412.960	5.287.315	5.287.315	
Total do ativo			8.933.158	8.933.158	8.206.749	8.206.749	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.422.087	2.267.798	2.847.018	2.879.278	
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	2.750.098	2.388.592	3.129.013	2.658.421	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	315.907	315.907	73.316	73.316	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	6.978	6.978	-	-	
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	64.875	64.875	41.519	41.519	
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	140.081	140.081	-	-	
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.239.449	1.239.449	1.358.499	1.358.499	
Total do passivo			6.939.475	6.423.680	7.449.365	7.011.033	

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	Cash Flow	USD + 1,63%aa	CDI + 0,79% aa	199.999
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	200.000
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	120.000
CREDIT AGRICOLE	28/06/2021	03/07/2023	Cash Flow	EUR + 1,29%aa	CDI + 1,53% aa	294.500
HSBC BANK	08/07/2021	10/07/2023	Cash Flow	EUR + 1,29%aa	CDI + 1,66% aa	299.800
ITAÚ S.A.	03/09/2021	03/09/2024	Cash Flow	EUR + 1,53%aa	CDI + 1,79% aa	306.765
HSBC BANK II	13/10/2021	14/10/2024	Cash Flow	EUR + 1,59%aa	CDI + 1,77% aa	257.600
Bradesco	14/12/2021	16/12/2024	Cash Flow	EUR + 1,65%aa	CDI + 1,78% aa	347.881
BNP PARIBAS S.A III	28/12/2021	31/12/2022	Cash Flow	EUR + 1,06%aa	CDI + 1,23% aa	1.025.952
BNP PARIBAS S.A IV	28/12/2022	28/12/2023	Fair Value	EUR + 6,29%aa	CDI + 2,59% aa	1.041.014
BNP PARIBAS S.A V	03/01/2023	03/01/2025	Trading	EUR + 5,76%aa	CDI + 2,59% aa	262.103
						4.355.614

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	333.416
Juros provisionados	(61.519)
Variação cambial	111.929
Marcação a mercado no resultado	4.212
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(43.396)
Pagamentos de juros	15.103
Recebimentos Principal	(374.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(15.066)
Juros provisionados	(385.630)
Variação cambial	(352.890)
Marcação a mercado no resultado	4.907
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(44.799)
Recebimentos de juros	348.393
Recebimentos principal	122.200
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(322.885)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2022 estão dispostos abaixo:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
SCOTIABANK S.A III	(36.238)	(18.460)	(17.778)	-
SCOTIABANK S.A IV	(20.932)	(9.897)	(11.035)	-
CREDIT AGRICOLE	(37.428)	(34.345)	(3.083)	-
HSBC BANK	(42.689)	(41.194)	(1.495)	-
ITAÚ S.A.	(57.537)	(41.562)	(15.975)	-
HSBC BANK II	(56.366)	(42.364)	(14.002)	-
Bradesco	(64.717)	(42.028)	(22.689)	-
BNP PARIBAS S.A IV	(1.671)	(11.885)	-	10.214
BNP PARIBAS S.A V	(5.307)	-	-	(5.307)
Total	(322.885)	(241.735)	(86.057)	4.907

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As operações descritas acima se qualificam para hedge accounting e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.12.2022	Categoria
SCOTIABANK 4131 III	USD + 1,393%	193.660	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,393%	(176.818)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	213.056	Cash Flow
		229.898	
SCOTIABANK 4131 IV	USD + 1,393%	116.089	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,393%	(105.738)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	126.671	Cash Flow
		137.022	
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	EUR + 1,29%	281.872	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,29%	(279.605)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,53%	317.033	Cash Flow
		319.300	
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	EUR + 1,29%	280.034	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,29%	(277.511)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,66%	320.200	Cash Flow
		322.723	
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	EUR + 1,53%	279.712	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,53%	(267.150)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,79%	324.689	Cash Flow
		337.251	
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	EUR + 1,59%	223.394	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,59%	(214.002)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,77%	270.368	Cash Flow
		279.760	
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	EUR + 1,65%	308.273	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,65%	(290.539)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,78%	355.256	Cash Flow
		372.990	
EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR	EUR + 1,06%	1.067.064	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,06%	(1.066.402)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,23%	1.068.070	Cash Flow
		1.068.732	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,06%	(5.026)	Cash Flow
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	EUR + 1,06%	10.333	Cash Flow
		5.307	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

27.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

27.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	68.143	240.971
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	128.982	116.718
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	(322.885)	(15.066)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	2.323.073	2.096.634
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	-	406.861
Ativo indenizável (concessão)	b.1.3	6.412.960	5.287.315
		8.610.273	8.133.433

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	31.12.2021
AAA	175.245	346.251
AA+	3.371	4.855
AA	3.780	812
Total geral	182.396	351.918

Instrumentos financeiros derivativos	31.12.2022	31.12.2021
AA-	(322.885)	(15.066)
Total geral	(322.885)	(15.066)

b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	5.172.185	5.976.031
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27)	322.885	15.066
Dívida	5.495.070	5.991.097
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(68.143)	(240.971)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	(128.982)	(116.718)
Dívida líquida (a)	5.297.945	5.633.408
Patrimônio líquido (b)	5.234.889	3.712.964
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	50,30%	60,27%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de 50% (60% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho N° 2.979/2018, no valor de até R\$ 1.700.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.300.000. Recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 2.500.000 por meio do despacho de 26 de novembro de 2021, totalizando R\$ 5.800.000, dos quais em 31 de dezembro de 2022, estavam disponíveis R\$ 1.095.057.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.777.384, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022					
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	697	3.625	3.667	315.434	323.423
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	-	125.599	2.293.601	2.869.583	5.288.783
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	-	21.437	382.865	296.498	700.800
Total	697	150.661	2.680.133	3.481.515	6.313.006

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b.4) Riscos de mercado

b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 98,71% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Selic	15.560	8,53%	20.167	5,73%
CDI	166.836	91,47%	331.751	94,27%
Total	182.396	100,00%	351.918	100,00%

Ativo indenizável	31.12.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	6.412.960	100,00%	5.287.315	100,00%
Total	6.412.960	100,00%	5.287.315	100,00%

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Taxa fixa	70.753	1,29%	619.722	10,34%
CDI	5.424.317	98,71%	5.371.375	89,66%
Total	5.495.070	100,00%	5.991.097	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas e ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos financeiros	Posição em 31.12.2022	Projeção receitas financeiras - 2023				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC		6,71%	10,06%	13,42%	16,77%	20,13%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	68.143	4.572	6.855	9.143	11.428	13.717
CDI		6,71%	10,06%	13,42%	16,77%	20,13%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	68.143	4.572	6.855	9.143	11.428	13.717
IPCA		2,54%	3,81%	5,08%	6,35%	7,62%
Ativo indenizável	6.412.960	162.889	244.334	325.778	407.223	488.668
Subtotal	6.549.246	172.033	258.044	344.064	430.079	516.102

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 15.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Dívidas	Posição em 31.12.2022	Projeção despesas financeiras - 2023				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
MÚTUO ENEL BRASIL 55	(3.445)	(42)	(42)	(42)	(42)	(42)
EFI - Credit Agreement	(240.378)	(11.563)	(16.656)	(21.607)	(26.422)	(31.110)
EFI - Credit Agreement II 230MBRL	(256.593)	(6.582)	(9.298)	(11.938)	(14.506)	(17.007)
MÚTUO ENEL BRASIL 59	(76.814)	(1.526)	(2.136)	(2.728)	(3.305)	(3.866)
MÚTUO ENEL BRASIL 60	(30.300)	(602)	(843)	(1.076)	(1.304)	(1.525)
MÚTUO ENEL BRASIL 61	(14.123)	(281)	(393)	(502)	(608)	(711)
Swap						
SCOTIABANK 4131 III	(193.660)	115.742	39.855	(15.563)	(59.474)	(95.962)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PA	176.818	(105.676)	(36.389)	14.210	54.302	87.617
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	(213.056)	(17.249)	(24.000)	(30.563)	(36.947)	(43.163)
SCOTIABANK 4131 IV	(116.089)	69.381	23.891	(9.329)	(35.651)	(57.524)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PA	105.738	(63.195)	(21.761)	8.498	32.473	52.395
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	(126.671)	(10.255)	(14.269)	(18.171)	(21.967)	(25.662)
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	(281.872)	97.861	33.416	(13.647)	(50.937)	(81.924)
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PA	279.605	(97.074)	(33.147)	13.537	50.527	81.265
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PP	(317.033)	(15.116)	(21.000)	(26.719)	(32.282)	(37.698)
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	(280.034)	97.223	33.198	(13.558)	(50.605)	(81.389)
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PA	277.511	(96.347)	(32.899)	13.436	50.149	80.656
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PP	(320.200)	(15.517)	(21.461)	(27.237)	(32.856)	(38.327)
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	(279.712)	159.452	49.580	(30.657)	(94.232)	(147.062)
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PA	267.150	(152.291)	(47.354)	29.280	90.000	140.457
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PP	(324.689)	(27.284)	(37.576)	(47.579)	(57.311)	(66.786)
EFI - Credit Agreement VI 40 MEUR	(223.394)	127.224	39.470	(24.615)	(75.392)	(117.587)
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP PA	214.002	(121.875)	(37.811)	23.580	72.223	112.644
EFI - Credit Agreement VI 40MEUR - SWAP PP	(270.368)	(22.666)	(31.235)	(39.565)	(47.669)	(55.558)
EFI - Credit Agreement VII 55 MEUR	(308.273)	175.393	54.291	(34.148)	(104.221)	(162.451)
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP PA	290.539	(165.303)	(51.168)	32.184	98.226	153.106
EFI - Credit Agreement VII 55MEUR - SWAP PP	(355.256)	(29.818)	(41.078)	(52.023)	(62.671)	(73.038)
EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR	(1.067.064)	561.586	140.836	(166.432)	(409.891)	(612.201)
EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR - SWAP PA	1.066.399	(561.236)	(140.748)	166.328	409.636	611.820
EFI - Credit Agreement IX 185 MEUR - SWAP PP	(1.068.070)	(98.175)	(132.050)	(164.978)	(197.012)	(228.201)
EFI - Credit Agreement X 46MEUR - SWAP PA	5.026	(2.669)	(688)	758	1.905	2.857
EFI - Credit Agreement X 46MEUR - SWAP PP	(10.333)	(950)	(1.278)	(1.596)	(1.906)	(2.208)
Subtotal	(3.694.639)	(219.430)	(340.743)	(452.462)	(557.770)	(658.185)
Total da exposição líquida	2.854.607	857.801	1.275.105	1.702.002	2.135.309	2.573.511

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2022, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar e ao euro possuem contratos de *swap* (Dólar/Euro para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira	31.12.2022
Empréstimos e Financiamento	2.750.098
Exposição Patrimonial	2.750.098
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(2.682.789)
Exposição Cambial Total	67.309

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.12.2022
Fornecedores (Itaipu)	16.544	86.324
Passivo líquido exposto	16.544	86.324

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos

c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit - MCS D de energia existente e de energia nova.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.658.521 em 2023, R\$ 2.769.542 em 2024, R\$ 2.813.089 em 2025, R\$ 2.899.051 em 2026 e R\$ 46.777.740 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

29. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens segurados	Riscos cobertos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	R\$ 7.278.659	R\$ 5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	-	R\$ 104.946
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2022	10/11/2023	-	R\$ 77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	-	R\$ 103.723
-	Frota	14/08/2022	14/08/2023	-	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

30. Informações complementares às demonstrações financeiras dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2022	31.12.2021
Compensação CDE (nota 16)	25.969	25.969

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.12.2022	31.12.2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(203.174)	(164.623)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(248)	(496)
	(203.422)	(165.119)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.12.2022	31.12.2021	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.342.834	3.744.100	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(1.000.000)	18	Debêntures
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.994.491)	(1.574.154)	15	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.476)	(14.513)		
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(122.200)	374.811	27	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Pagamento de dividendos	(29)	(24)	30	Conforme demonstrado no quadro a seguir
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(788.362)	1.530.220		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

	Efeito não caixa		Efeito caixa		
	31.12.2021	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2022
Dividendos a pagar	77.771	(29)	-	(29)	77.713

	Efeito não caixa		Efeito caixa		
	31.12.2020	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2021
Dividendos a pagar	57.987	-	19.808	(24)	77.771

31. Eventos subsequentes

Mútuo Enel Finance International N.V.

Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da disponibilidade de crédito com a Enel Finance, a Companhia contratou, em 3 de janeiro de 2023, uma operação de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de R\$ 262.103. O mútuo possui uma taxa fixa de 5,7647% a.a. com vencimento em 03 de janeiro de 2025.

Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial, foi contratada simultaneamente uma operação de swap junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A., trocando o valor e taxa pactuada em euros por valor em reais com um custo de CDI + 2,16% a.a.

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantias
Enel Finance International N.V. X(c/ Swap)	262.103	03/01/2023	03/01/2025	5,76%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Ampla Energia e Serviços S.A.**
Rio Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 6 e 22 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada. <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

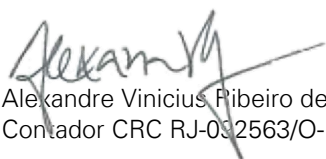
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-032563/O-1



Declaração da Diretoria da Companhia

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023.

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora Presidente

Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretora de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora Jurídica

Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretora de Mercado

Fernando Andrade

Diretor de Engenharia e Construção

José Luis Salas Rincon

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Vago

Diretor de Compras



Manifestação do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A., aqui representados pelo Presidente do Conselho de Administração abaixo-assinado, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, e acompanhadas do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, à este Conselho de Administração, que tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023.

Guilherme Gomes Lencastre
Presidente da Mesa e do Conselho de Administração



Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF N° 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 601, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023.

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora Presidente

Julia Freitas de Alcântara Nunes

Diretora de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretora Jurídica

Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretora de Mercado

Fernando Andrade

Diretor de Engenharia e Construção

José Luis Salas Rincon

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Vago

Diretor de Compras